GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA dos empreendimentos “Pequena Central Hidrelétrica - PCH São Francisco” e “Pequena Central Hidrelétrica - PCH Ponte Branca”, ambos de responsabilidade da PB Produção de Energia Elétrica Ltda., realizada no dia 10 de junho de 2010, no município de Iaras/SP.

Realizou-se, no dia 10 de junho de 2010, às 17 horas, no Centro Comunitário de Iaras, situado na Praça São Bento, 130, São Benedito, Iaras/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA dos empreendimentos “Pequena Central Hidrelétrica - PCH São Francisco” e “Pequena Central Hidrelétrica - PCH Ponte Branca”, ambos de responsabilidade da PB Produção de Energia Elétrica Ltda. Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do Consema, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Paulo Sérgio de Moraes, Prefeito do Município de Iaras, e Carlos Alberto de Carvalho e Ariovaldo Antonio Gregório, respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Água de Santa Bárbara; do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores João Elemar Bresser Junior, Presidente da Câmara Municipal de Iaras; José Mariano da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Água de Santa Bárbara; Elenice de Jesus Martins, Francisca Ângelo Morales, José Dias Machado e Reginaldo Gonçalves, Vereadores do Município de Iaras; Claudemir Pelá, Leandro Martins dos Santos e Valmir Mazou, Vereadores do Município de Águas de Santa Bárbara; dos órgãos públicos – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Tenente Guilherme, da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo em Sorocaba; das organizações da sociedade civil – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Abel David Alves, do Sindicato dos Servidores Público de Iaras, e Edson do Amaral e Silva, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Águas de Santa Bárbara; das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA dos empreendimentos “Pequena Central Hidrelétrica - PCH São Francisco” e “Pequena Central Hidrelétrica - PCH Ponte Branca”, ambos de responsabilidade da PB Produção de Energia Elétrica Ltda. A Secretária-Executiva Adjunta do Consema esclareceu que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos em licenciamento, projetos, obras, planos de manejo, enfim, sobre tudo aquilo que dizia respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, era um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretendia democrática, e em cujo desenrolar determinada proposta era apresentada a todos, para que pudessem ser colhidas indagações, contribuições, críticas e tudo o mais que pudesse contribuir para melhoria do projeto ou da proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que tivessem algo a dizer pudessem fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas e declarou ainda que o CONSEMA previu que as audiências se desdobrassem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte teria lugar uma exposição detalhada sobre o objeto da discussão, que era, nessa ocasião, os projetos dos empreendimentos “Pequena Central Hidrelétrica - PCH São Francisco” e “Pequena Central Hidrelétrica - PCH Ponte Branca”, ambos de responsabilidade da PB Produção de Energia Elétrica Ltda. Explicou que fariam, em primeiro lugar, o empreendedor ou representante

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

do empreendimento para apresentação da proposta, e, em seguida, o representante da empresa de consultoria responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Logo após, se concederia a palavra àqueles que representavam organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representavam órgãos públicos ou entidades civis e que falavam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, se manifestariam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal. A seguir, os representantes do CONSEMA que houvessem se inscrito, com direito também a cinco minutos cada um e, caso estivessem presentes representantes dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente-COMDEMAS, cada um teria direito a cinco minutos. Por fim, falariam representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que faziam parte do Poder Legislativo, manifestando-se ambos em último lugar, pois que dessa forma ouviriam as opiniões dos diferentes segmentos da sociedade e, ao se manifestarem, poderiam oferecer esclarecimentos, se estes se fizerem necessários. A Secretária-Executiva Adjunta do Consema convidou, para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, Fernanda Amaral Dantas Sobral, do departamento de avaliação de impacto ambiental da CETESB. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da equipe responsável pelos estudos ambientais. José Carlos Fernandes, da SF Produção de Energia Elétrica Ltda., apresentou o projeto, após o que Nivaldo Silveira Simões, da ITAPURA Engenharia, Geologia e Meio Ambiente Ltda., e Juliano Borgui de Mendonça, da AMPLA Projetos e Serviços em Meio Ambiente Ltda., apresentaram os estudos ambientais que integravam o EIA/RIMA, dando ênfase aos principais impactos resultantes da implantação e funcionamento da obra e às medidas a serem implementadas para compensá-los ou mitigá-los. Passou-se à fase em que se manifestam os representantes de organizações da sociedade civil. Abel David Alves, do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Iaras, declarou que o sindicato que representava apoiava a implantação desses empreendimentos, uma vez que vários setores gozarão dos benefícios que seu funcionamento ensejará, entre os quais os setores comercial e imobiliário, principalmente em decorrência do incremento populacional do município para o qual efetivamente concorrerão. Expôs que o sindicato pleiteava que a Administração Municipal instalasse uma escola profissionalizante para capacitação da mão de obra local, tornando possível assim fosse ela absorvida por esse empreendimento, o que sem dúvida fomentaria o desenvolvimento social, e que contava para tanto com o apoio dos órgãos municipais de Iaras e das cidades vizinhas. Edson do Amaral e Silva, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Águas de Santa Bárbara, destacou duas questões: o apoio manifestado pela população à construção das usinas e o acompanhamento, pela sociedade civil, das indenizações decorrentes das desapropriações, a fim de que fossem pagos valores justos. Passou-se à fase em que se manifestam as pessoas em seu próprio nome. José Francisco de Oliveira Barbosa expôs que já fora sanada a dúvida que o levou a se inscrever, que dizia respeito ao critério utilizado para a valoração das propriedades, de modo a tornar possível a atribuição de valores justos. Edmilson Del Peso Cortez, depois de declarar que a implantação das usinas vinha ao encontro do desenvolvimento econômico do Município, questionou quais medidas seriam tomadas com o propósito de se evitar tanto o acúmulo de efluentes líquidos nos reservatórios como seu descarte em água corrente. Silas Garcia Magalhães informou que sua dúvida já fora sanada. Passou-se às réplicas. José Carlos Fernandes, da SF Produção de Energia Elétrica Ltda., esclareceu que as indenizações, sobre as quais já houve avaliação preliminar, faziam parte do roteiro dos trabalhos e que a relação pacífica de convivência entre o empreendimento e a comunidade era de interesse da empresa, de forma que se buscarão valores justos para as indenizações. Nivaldo Silveira Simões, da ITAPURA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Engenharia, Geologia e Meio Ambiente Ltda., esclareceu que a água permanecia pouco tempo nos reservatórios e que sua oxigenação era intensa quando passava pelos vertedouros e turbinas. Considerou interessante o fato de o Município ter assento no comitê regional de bacia, porque, com a instalação dessas hidrelétricas, sua participação se ampliaria, aumentando seu poder de barganha. Juliano Borgui de Mendonça, da AMPLA Projetos e Serviços em Meio Ambiente Ltda., convidou os interessados a lerem o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – RIMA, pois, dessa forma, obteriam informações acerca da qualidade da água, inclusive do programa de monitoramento de sua qualidade, as quais subsidiariam o Poder Público no processo de tomada de decisão. Fernanda Amaral Dantas Sobral, representante do departamento de avaliação de impacto ambiental da CETESB, reiterou o ponto de vista de que a audiência pública era uma etapa do processo de licenciamento ambiental e que as contribuições obtidas quando de sua realização, seriam incorporadas ao processo e subsidiariam a análise da viabilidade do empreendimento. A Secretária-Executiva Adjunta do Consema informou que as pessoas que ainda desejassem concorrer para o aperfeiçoamento do projeto poderiam enviar sua contribuição no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de realização da audiência pública, protocolando-a diretamente na Secretaria Executiva ou enviando-a através dos Correios ou pelo endereço eletrônico consema.sp@ambiente.sp.gov.br. Em seguida, declarou cumpridas as normas estipuladas pela Deliberação Consema 34/01 e encerrados os trabalhos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assinei a presente ata.